

EDITORIAL

ELA, A TAL

Tem coisas sobre as quais ninguém gosta de falar, e outras cujo nome chega a ser impronunciável. Em certos círculos políticos e na gestão da economia mundial, então, há coisas que nem se nomina; dão-se a elas nomes que evitem expressar o que realmente está para acontecer ou, como alternativa, usa-se o “economês”, para que só os iniciados o saibam. Mas há certos segredos que não se consegue mais guardar, de tão evidentes.

Um exemplo está na origem da alta inadimplência no mercado imobiliário estadunidense, na pauta desde 2006 e cujos efeitos atingem a economia global agora. Para se livrar de uma quebradeira generalizada em 2001, Alan Greenspan, então presidente do Fed (*Federal Reserve*, o banco central norte-americano), direcionou os investimentos econômicos para o setor imobiliário, em especial para o financiamento de casas para pessoas de baixa renda através de títulos de crédito chamados *subprime*, cuja única garantia é a hipoteca das casas compradas com ele. O mesmo Fed aumentou as taxas de juros dos *subprime* em 2005. Eis no que dá: como quem comprou casa com os *subprime* foram famílias de baixa renda, especialmente depois que os bancos estadunidenses baixaram todas as exigências para a concessão do crédito, três milhões destas famílias foram à falência ou deixaram de pagar as prestações da casa própria.

O resultado disso é simples: uma confissão de dívida cujo devedor não tem como pagar e todo mundo sabe disso se desvaloriza quase automaticamente (afinal, quem quer um papel que não pode ser transformado em dinheiro?), e o poder de conseguir dinheiro vendendo essa dívida para outros cai tanto que pode sair mais barato jogar o documento fora. Acontece que as financeiras que haviam emprestado dinheiro para os pobres através dos *subprime* já haviam passado a batata quente para outros bancos, que a largaram nas mãos de fundos de empréstimo especulativos, os quais, como bons especuladores (dormem com um olho aberto e outro fechado), espalharam os *subprime* no mercado mundial inteiro. Quando, em 2006, as primeiras instituições financeiras estadunidenses começaram a falir por causa da “quebra de confiança” dos mercados (trocando em miúdos, quando todo mundo viu que cada *subprime* seria muito difícil de ser transformado em dinheiro antes que pelo menos três milhões de famílias de trabalhadores norte-americanos fossem expulsas de suas casas), a bomba já estava armada. Eis de onde vem “ela, a tal”, cujo nome ninguém fala para que ela não apareça.

George Soros, mega-especulador financeiro global, declarou em fevereiro deste ano que a situação pode ter dois desenlaces: *ou os EUA cedem à China sua posição de preponderância mundial daqui a alguns anos, quando a poeira baixar, ou pode acontecer o que ele chama de “coisa pior”*. É a situação que leva o mesmo Alan Greenspan (que facilitou o acesso aos *subprime*) a dizer que a “mão invisível” dos mercados tem o leve problema de não funcionar, que os modelos econômicos com os quais o sistema financeiro mundial trabalha

“são insuficientes para determinar os rumos da economia, diante do volume e da complexidade das variáveis existentes” e que teme pela sobrevivência da “auto-regulação financeira [outro nome para a “mão invisível do mercado”] como mecanismo fundamental de equilíbrio do setor financeiro mundial”.

Na Inglaterra, pátria-mãe do liberalismo econômico, o banco Northern Rock, falido, foi estatizado “provisoriamente” em fevereiro deste ano, sob os aplausos do – liberalíssimo! – **Financial Times**, que diz com todas as letras que “*isso deveria ter acontecido meses atrás*”. Na Alemanha, o banco IKB teve que ser salvo da falência na última hora. O Bear Stearns, quinto banco de negócios dos EUA, teve que pedir ajuda ao Fed para não falir, e terminou sendo comprado pelo banco JP Morgan Chase por 10% de seu valor na bolsa. O Banco Central Europeu, o Schweizerische Nationalbank (Suíça) e o Nippon Ginko (Japão) têm sido obrigados a injetar centenas de bilhões de euros na economia para evitar a quebra generalizada, mas não conseguem restaurar a “confiança” dos mercados. Resultado: as empresas como Citigroup (que só em fevereiro eliminou 1.800 postos de trabalho em sua estrutura mundial) e Merrill Lynch (EUA), Swiss Re e UBS (Suíça) e Société Générale (França) só resta reconhecer perdas gigantescas e prever depreciações e prejuízos ainda maiores em suas operações. Especuladores financeiros, que não dão ponto sem nó, perceberam o risco da ciranda financeira na atual conjuntura e migram progressivamente para investimentos mais estáveis, como o ouro, cuja procura levou a uma alta de 37% da cotação em 2007 e à quebra do recorde histórico de US\$ 1.000,00 por libra no dia 13 de fevereiro deste ano.

Mas não há problemas só nas finanças mundiais. No setor petrolífero, a tese do *pico petrolífero de Hubbert*, segundo a qual a produção mundial de petróleo estaria chegando a seu máximo e dentro em breve entraria em declínio, toma força no debate internacional. Analistas afirmam que a produção mundial de petróleo declina em 3% a 5% ao ano, e o petróleo restante no mundo seria extraído em condições progressivamente mais difíceis – como, por exemplo, no campo Tupi, na bacia de Santos (SP) –, gerando maior custo a ser repassado na venda. É um dos fatores para que os preços dos barris de petróleo também rompessem uma marca histórica de preços (US\$ 100,00 em janeiro de 2008... e continua subindo). Diante disso, os agrocombustíveis são apresentados como alternativa, apesar de haver outras ainda mais limpas e renováveis. De fato, eles não recebem altos investimentos financeiros e intelectuais por sua melhor qualidade frente a outras fontes de energia, mas pura e simplesmente por facilitarem a reprodução do capital em momento de turbulência.

Voltando ao petróleo, a alta de preços não resulta apenas da escassez de recursos somada à instabilidade financeira mundial; a instabilidade política no Oriente Médio é um fator a ser considerado. No Irã, a política de fortalecimento de relações com a Rússia, Venezuela e outros países produtores de petróleo do Oriente Médio, além da abertura da Bolsa de Kish em 2005 (destinada a negociar petróleo usando o euro como moeda-padrão para combater a

predominância mundial do dólar), têm levado a conflitos constantes com os EUA, maior consumidor de petróleo do mundo. No Iraque, os EUA já gastaram de US\$ 3 trilhões numa política genocida de ocupação. Enquanto isso, suas empresas lucram em todos os campos da guerra (somente a Halliburton, ligada a Dick Cheney, vice-presidente dos EUA, teve sua receita ampliada de US\$ 1 bilhão para US\$ 16 bilhões de 2003 até hoje) e respondem a processos por evasão de divisas e sonegação fiscal. É o outro lado da moeda do domínio militar que já resultou em 4 milhões de iraquianos refugiados, dos quais apenas 99% são “sem papéis”, e em 800 mil a 1 milhão de iraquianos mortos. A cifra é incerta porque, segundo o comandante da invasão, general Tommy Frank, “*não fazemos contagem de corpos*”.

Econômica e geopoliticamente, a situação dos EUA não é das mais confortáveis. A hiperpotência mundial precisa manter suas áreas de domínio político e econômico sob o mais estrito controle para garantir sua retaguarda de recursos naturais e matérias-primas compráveis a baixo custo, mas a política externa do *cowboy* George W. Bush apenas aumenta o sentimento anti-americano em diversas partes do globo. A sucessão de governos contra-hegemônicos na América Latina, em parte fruto deste sentimento e em outra parte da reação popular contra as políticas neoliberais de ajuste estrutural imposta aos países da região, põe tal controle em risco, além da necessidade de estabelecer uma “cabeça-de-ponte” na região, em especial para retomar em médio e longo prazo o controle sobre a Venezuela (uma das principais fontes de petróleo dos EUA, mesmo sob o regime de Hugo Chavez), levando à aliança com Álvaro Uribe Velez, presidente da Colômbia. O próprio Departamento de Defesa dos EUA o acusara, em relatório de 1991, de associação com o narcotráfico do Cartel de Medellín. Afinal, vale tudo para evitar que “ela, a tal”, se aproxime.

Um exemplo de quem é e como age Uribe: em fevereiro, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército Popular (FARC-EP) libertaram reféns unilateralmente como prova de abertura ao diálogo para a paz no país e para a libertação dos 500 prisioneiros políticos mantidos pelo governo colombiano (principal razão dos seqüestros políticos). Resposta: Uribe ordena um ataque surpresa a um acampamento das FARC-EP no Equador, assassinando 17 guerrilheiros e, dentre eles, Raúl Reyes, principal articulador do diálogo para a libertação de reféns – incluindo Ingrid Bettancourt, ex-candidata à presidência colombiana.

A telecomunicação usada nas negociações de libertação da ex-candidata foi o sinal usado para rastrear o acampamento atacado. Analistas vêem o ataque como uma provocação a Rafael Correa (presidente do Equador) e Hugo Chavez; este último um dos principais articuladores internacionais do reconhecimento das FARC-EP como *grupo beligerante* e não *organização terrorista*, como dizem os EUA. A censura, sem sanção, aplicada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) contra o governo colombiano parece ter sido um “risco calculado” por “Don Varito Corleone” (apelido dado pelo secretariado das FARC-EP ao presidente da Colômbia). Com esta

demonstração de força, ele pretende alavancar a campanha eleitoral para seu terceiro mandato, depois de manipular a constituição colombiana para permitir sua segunda reeleição.

É neste cenário internacional que a política externa brasileira mostra que não é tão “independente” quanto o Itamaraty e o Planalto querem fazer crer. O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), carro-chefe do segundo mandato de Lula, é uma aplicação nacional das diretrizes da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), pactuada em Brasília em agosto de 2000 entre o governo de doze países da região, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Cooperação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), seus eixos são investimentos em energia, transportes e comunicações, tendo em vista o potencial exportador de dez faixas selecionadas da América Latina (cada país signatário tem seu próprio “PAC”). A implantação da IIRSA terá como principais impactos a devastação da Amazônia, a destruição de ecossistemas onde vivem povos tradicionais da América Latina e o aumento da emissão de dióxido de carbono na região. Semelhanças com os “entraves ambientais” às obras do PAC não são mera coincidência.

Este perfil da política econômica do governo federal dentro em breve se verá em teste mais uma vez a partir de um ponto de estrangulamento da integração regional latino-americana: assim como a relação com a Bolívia se estremeceu em 2006 por causa da nacionalização do gás, as eleições de 20 de abril deste ano no Paraguai têm como candidato bem cotado o ex-bispo Fernando Lugo, cujo eixo programático, capaz de reunir as oposições de esquerda e direita ao Partido Colorado na mesma coligação, é a renegociação dos tratados de utilização de energia com a Argentina (Yaciretá) e Brasil (Itaipu). O tema é tão quente que mesmo o Partido Colorado também adota a “soberania hidrelétrica” em seu programa eleitoral, como se o rompimento de políticas hegemônicas em países vizinhos houvesse dado força a reivindicações de autonomia nacional antes reprimidas.

O governo federal brasileiro, entretanto, não teria o menor interesse em perder uma fonte de energia criada para alavancar a produção industrial do país durante a ditadura militar, em especial quando prepara-se para retirar diversas barreiras internas à reestruturação produtiva e à intensificação da exploração no país. O sistema tributário nacional tem sua proposta de reforma enviada pelo governo ao Congresso, mas o sentido das modificações é o de *desonerar o capital para aumentar os lucros*, porque diminui a contribuição das empresas ao sistema tributário e não mexe na já pesada contribuição dos trabalhadores. Isso num país onde, em 2007, o mesmo Citibank, que amarga queda global de lucro de 83%, consegue lucro líquido de US\$ 1 bilhão (quase um terço do lucro global), a Vale do Rio Doce lucra R\$ 20 bilhões (48,95% a mais que em 2006), a Ford alcança um lucro de R\$ 1,2 bilhões quando tem prejuízo de US\$ 2,7 bilhões no mundo e o banco Santander cobra 139% de juros no cheque especial quando garante a seus clientes europeus um crédito de até três mil euros por seis meses a 0% de juros como forma de prestação de serviços...

Segundo a proposta do governo, que segue os interesses empresariais, o salário-educação, principal fonte de recursos para programas educacionais, seria desvinculado de sua finalidade e inserido num certo Imposto de Valor Agregado (IVA), junto com outras fontes vinculadas de recursos, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Se tais recursos já são usados para outros fins mesmo com a vinculação legal, a desvinculação põe em risco a existência de fundos para a previdência social e os programas sociais, outro dos carros-chefe do governo federal, além do PAC. O programa Bolsa-Família, chamado pelo **The Economist** de “maior programa no mundo de luta contra a pobreza” e prestes a ser imitado em vários países com as bênçãos do Banco Mundial, passa a ter um complemento no programa *Territórios de Cidadania* lançado em março, que combina diversos programas sociais do governo federal e a construção de infra-estrutura em 958 municípios caracterizados por baixíssimos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). O programa pretende criar condições estruturais para eliminar a dependência de programas como o *Brasil Sorridente* e o próprio *Bolsa-Família*, criticados pelo assistencialismo que tornaria dependentes seus beneficiários. Ora, a implementação de cada programa isoladamente tem problemas bastante particulares que podem terminar se reproduzindo em médio prazo, e a desvinculação de recursos para programas sociais, na prática, coloca tal programa não mais à disposição dos quinze ministérios envolvidos, mas única e exclusivamente dos ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Na Bahia, onde raros são os municípios que não estão em situação de exclusão social quase absoluta segundo o **Atlas da Exclusão Social** coordenado por Márcio Pochmann, o governo estadual pretende conseguir folga no pagamento mensal de sua dívida com a União com mais recursos emprestados do BID e do Banco Mundial, que já respondem por 12% da dívida pública total do Estado (outros 82% estão nas mãos da União e de bancos federais), obtendo, assim, mais recursos para investimentos – muito embora tal aumento não se reflita no salário dos servidores. Quando Condoleeza Rice, Secretária de Estado dos EUA, veio “a passeio” para a Bahia, o governador Jacques Wagner (PT), o prefeito de Salvador João Henrique (PMDB) e os ministros da Integração Nacional Geddel Vieira Lima (PMDB) e do Turismo Marta Suplicy (PT) pretenderam usar a “número 2” do poder estatal estadunidense como garota-propaganda do turismo baiano e, assim, reforçar aquele que, segundo o planejamento governamental, é um dos eixos estratégicos do desenvolvimento econômico do Estado. Condoleeza é quem não mostrou muita simpatia por isso, pois em Santiago do Chile já aparecia sem a fitinha do Senhor do Bonfim que recebera por aqui...

Por sinal, recentemente PT e PMDB têm mostrado o quanto sua aliança é frágil, e aguarda a primeira oportunidade para ver-se rompida. Em ano de eleições municipais, Geddel já avisou que o PMDB ajuda a sustentabilidade do governo Wagner e, como reciprocidade, quer que o PT apóie a “candidatura natural” de João Henrique (PMDB) à reeleição em Salvador. O PT, que tem

discutido candidatura própria e a saída da base governamental da prefeitura, pensa diferente: seu secretário-geral no Estado, Edísio Nunes, diz que o PMDB, então, deveria desistir de candidaturas onde o PT tem também “candidatos naturais”, como em Vitória da Conquista. Muito embora municípios não sejam cargos com grande influência política (salvo no caso de capitais estaduais e metrópoles regionais) e haja municípios cujo orçamento chega a depender em 98% dos repasses do governo federal, tanta gula pelas prefeituras – ente federativo mais fraco na estrutura do Estado brasileiro – é explicada pelo próprio Edísio Nunes: *“Quem elege o maior número de prefeitos engrossa o pescoço para as eleições de 2010”*. O que está em disputa, portanto, não são somente prefeituras, mas o espólio do poder político na Bahia, herança vacante desde a lenta queda de Antônio Carlos Magalhães e seus correligionários.

Numa situação em que o “progresso” e a “estabilidade” do Brasil diante da instabilidade internacional são elogiados, a repressão a qualquer forma de luta social, “organizada” ou não, é pré-requisito para a construção de infra-estrutura logística, energética e institucional necessária para o aprofundamento da exploração da natureza e dos trabalhadores do país. Por isso, o governo federal iniciou em março um trabalho de logística e inteligência para impedir ações de movimentos sociais em áreas “prioritárias de infra-estrutura”, cujo primeiro passo, sob coordenação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, foi a criação dos Grupos Técnicos de Segurança de Infra-Estruturas Críticas (GTSIC), cuja missão é zelar pela segurança de “instalações, serviços e bens que, se forem interrompidos ou destruídos, provocarão sério impacto social, econômico, político, internacional ou à segurança nacional”.

Consiste, praticamente, numa reedição da Lei de Segurança Nacional da ditadura militar em tempos de alta tecnologia de vigilância e controle eletrônico sobre a maior parte dos aspectos da vida comum (rastreamento pessoal através de ligações por celular, controle de despesas via cartão de crédito e conta bancária, controle dos deslocamentos através de bilhetagem eletrônica no transporte público, registro de conexões à internet através do IP etc.). O mesmo clima que levou ao assassinato de guerrilheiros pela ditadura no Araguaia (que novos documentos confirmam não terem acontecido em combate, mas após o aprisionamento) agora parece reeditar-se. Tal como muitas vezes se tentou calar ele, o tal Cuíca de Santo Amaro, divulgador dos escândalos e segredos da velha cidade da Bahia, aqui o governo tenta calar à força aqueles que mostram o escândalo do desenvolvimento capitalista e suas vítimas: os trabalhadores, as mulheres, os povos originários, os negros, todos aqueles sobre cuja miséria se faz a riqueza de poucos.

É ela, a tal crise cíclica do capital, que não pode aparecer de jeito nenhum, mesmo que seja na porrada. É a crise gerada na agflação, a “inflação agrícola” generalizada que a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) reconhece ser tendência mundial daqui por diante, e leva o aumento de 8,5% no salário mínimo a ser ínfimo diante dos 15% de aumento

da cesta básica no mesmo período. É a crise gerada no ataque à organização dos trabalhadores: há empresas altamente lucrativas como a Fosfertil (PR) (de propriedade da Bunge, detentora de 58% das ações), cujo aumento de 93% de lucro em 2007 se faz sobre a repressão mais pesada, com representantes sindicais dos trabalhadores entrando na empresa sob vigilância cerrada e a greve mais recente tendo sido debelada até com helicópteros.

É a crise gerada na intensificação da exploração: há as 5.900 pessoas libertadas do trabalho escravo em 2007 (as 121 mortes dentre os 15.392 acidentes de trabalho na Bahia em 2007 fazem do Estado o líder em proporção de morte por acidente no Brasil), em especial no setor de construção civil, em franca expansão e com promessa de campanha do governador do Estado de subsídio às suas matérias-primas. O salário feminino prossegue sendo 27% menor que o de um homem que exerça a mesma função em Salvador e a taxa de desemprego na capital baiana prossegue maior entre mulheres negras (26,4%) que entre homens brancos (13,1%).

O recrudescimento do governo com os movimentos sociais é simplesmente reativo: as “instalações, serviços e bens” a serem protegidas estão nos setores de energia, transporte, água, telecomunicações e finanças – foco principal da mobilização dos movimentos sociais desde o fim do ano passado. As principais vítimas das saídas que os capitalistas têm encontrado para a crise, afinal, não poderiam ficar paradas e se deixar esfolar! Na semana do Dia da Mulher, em março, mulheres da Via Campesina ocuparam a fazenda Tarumã, de 2.100 hectares, no município de Rosário do Sul, a aproximadamente 400 km de Porto Alegre (RS), quando iniciaram o corte de eucaliptos e o plantio de árvores nativas em área que pertence à empresa sueco-finlandesa Stora Enso. Na tarde do mesmo dia a ocupação foi desfeita violentamente, as cerca de 250 crianças que estavam no acampamento foram separadas das mães e colocadas deitadas com as mãos na cabeça e muitas agricultoras foram feridas.

Já o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) fez jornada de mobilização em março: ocupação da usina de Estreito (MA), do IBAMA (SP), a BR-104 (PB), das hidrelétricas Santiago (PR) e Machadinho (RS), ambas operadas pela Tractebel Energia, multinacional que é a maior operadora privada de energia no Brasil, do Canal de Integração, que transporá as águas do açude Castanhão para o Complexo Portuário e Industrial do Pecém (CE) e da termelétrica do rio Madeira (PA). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que já havia ocupado a Estrada de Ferro Carajás (EFC) em novembro de 2007, para exigir a participação popular nas decisões da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), paralisou por doze horas no dia 10 de março a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) em conjunto com o MAB, para protestar contra a construção da barragem de Aimorés pela CVRD e pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e exigir a anulação da privatização da CVRD. A Vale processa criminalmente dirigentes do movimento – o que, como diz João Pedro Stédile, é uma “medida desesperada” que só faz os movimentos ficarem “mais bravos ainda”.

Ainda em fevereiro, o Movimento dos Sem-Teto da Bahia (MSTB) realizou seu

IIº Congresso, com o objetivo de estruturar-se para a luta por moradia e para a resistência contra a especulação imobiliária crescente – que já avança sobre a moradia popular, como se vê no estímulo à venda ilegal de imóveis nas comunidades de Paraíso Azul e Recanto Feliz, no Costa Azul.

Se os movimentos sociais seguem nesta linha, em 2008, os cala-bocas não adiantarão: a crise econômica, política e social está aí para quem quiser ver, e nenhuma estratégia, venha ela da guerra ou da repressão violenta, não adiantará para segurá-la.

CADERNOS DO CEAS